

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER  
EXECUTIVO QUE ACOMPANHA AS CONTAS DO GOVERNO MUNICIPAL EXERCÍCIO 2014**

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente Relatório de Controle Interno acompanha as Contas de Governo do Município de Água Doce – SC, exercício 2014, nos termos do art. 84 da Resolução nº TC-06/2001 (Regimento Interno).

Neste relatório, a Controladoria Geral faz uma breve análise, quanto aos procedimentos internos da Administração Municipal. É apresentada uma visão geral sob o ponto de vista dos resultados e indicadores gerados pela Administração Pública, permitindo assim avaliação da gestão orçamentária, ou seja, o impacto da arrecadação e a execução da despesa pública no município de Água Doce – SC.

Em especial, buscou-se abordar os tópicos relacionados ao cumprimento da Legislação Federal, quanto às metas de receita e despesa públicas, execução do orçamento, limites de gasto com pessoal, endividamento, aplicação em saúde e educação, desempenho da receita, visando evidenciar os princípios Constitucionais da legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade, eficiência e eficácia na gestão do patrimônio público municipal.

A Controladoria Geral buscou trabalhar efetivamente em parceria com as Secretarias Municipais, em especial, com os coordenadores administrativos e/ou financeiros, responsáveis por patrimônio, contabilidade e assessores municipais, tentando implantar uma filosofia de procedimentos, com o intuito de aperfeiçoarem os custos e os benefícios, assim como preconiza os princípios da administração pública.

A seguir, apresentam-se análises do comportamento das Despesas (fixação e execução), detalhados por tipo de crédito, categoria econômica e grupo de despesa. O comportamento das Receitas (previsão atualizada e realização), referente ao exercício de 2014.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, FUNDACIONAL**

A Lei Orçamentária, para o exercício de 2014 de nº 2.246/2013 de 03/12/2013, estimou a receita em R\$ 21.466.156,55 e fixou a despesa em 21.466.156,55.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstramos a seguir:

**DESPESA FIXADA: 21.466.156,55**

+ Créditos Suplementares: 7.709.543,08

+ Créditos Especiais: 1.144.155,99 8.853.699,07

- Reduções: 1.771.942,19

**DESPESA AUTORIZADA: 28.547.913,43**

No exercício considerado, foram autorizados 370 créditos suplementares que somaram R\$ 7.709.543,08, e 15 créditos especiais no valor de R\$ 1.144.155,99, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964.

Reduções R\$ 1.771.942,19

Despesa a maior R\$ 7.081.756,88

TOTAL R\$ 8.853.699,07

O Anexo 12 da Lei 4.320/64 Balanço Orçamentário, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. A execução orçamentária do município pode ser demonstrada da seguinte forma:

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	20.214.076,55	21.542.917,64	-1.328.841,09	Despesas Correntes	21.198.219,97	19.266.494,27	1.911.725,70
Receitas Intra-Orç. Correntes	108.480,00	122.444,66	-13.964,66	Despesas Intra-Orç. Correntes	130.154,23	122.444,66	7.709,57
Receita de Capital	1.143.600,00	1.448.694,51	-305.094,51	Despesa de Capital	6.257.550,70	3.606.238,50	2.651.312,20
				Crédito Especial	961.988,53	243.582,81	718.405,72
INTERF.ATIVAS	0,00	4.105.423,02	-4.105.423,02	INT.PASSIVAS	0,00	4.105.423,02	-4.105.423,02
SOMA	21.466.156,55	27.219.479,83	-5.763.323,28	SOMA	28.547.913,43	27.364.183,26	1.183.730,17
DÉFICIT	7.081.756,88	144.703,43	6.937.053,45	SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL	28.547.913,43	27.364.183,26	1.183.730,17	TOTAL	28.547.913,43	27.364.183,26	1.183.730,17

A Despesa orçamentária no exercício de 2014 foi de R\$ 23.258.760,24 (vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta reais e vinte e quatro centavos) e a Receita Orçamentária foi de R\$ 23.114.056,81 (vinte e três milhões, cento e quatorze mil, cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos) originando um déficit orçamentário de R\$ (-) 144.703,43 (cento e quarenta e quatro mil, setecentos e três reais e quarenta e três centavos).

Em relação à receita arrecadada no exercício o município gastou (despesa empenhada) 100,63% do valor arrecadado, isso significa que para cada R\$ 1,00 arrecadado o município gastou 100,63 reais.

A receita corrente somou R\$ 21.542.917,64, enquanto as receitas de capitais representaram R\$ 1.448.694,51. Já a despesa corrente representou R\$ 19.266.294,27 e a despesa de capital somou R\$ 3.606.238,50 demonstrando assim, um superávit corrente e um déficit de capital.

## ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 23.114.056,81, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 1.647.900,26, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista R\$ 21.466.156,55

Arrecadado a Maior R\$ 1.647.900,26

Receita Arrecadada R\$ 23.114.056,81

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	20.214.076,55	21.542.917,64	1.328.841,09
RECEITAS DE CAPITAL	1.143.600,00	1.448.694,51	305.094,51
RECEITAS CORR. INTRA ORÇAM.	108.480,00	122.444,66	13.964,66
<b>TOTAIS</b>	<b>21.466.156,55</b>	<b>23.114.056,81</b>	<b>1.647.900,26</b>

As Transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 18.928.375,94 correspondem a 81,8912% do total arrecadado.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

EXERCÍCIOS	PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS	DE CAPITAL	TOTAL
2011	4.430.195,47	18.309.903,27	1.204.256,01	23.944.354,75
2012	3.792.469,95	20.063.474,32	1.482.929,09	25.338.873,36
2013	2.511.763,60	20.007.097,99	811.262,93	23.330.124,52
2014	2.736.986,36	18.928.375,94	1.448.694,51	23.114.056,81

## ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 2.246/13 de R\$ 21.466.156,55.

A Despesa realizada alcançou R\$ 23.258.760,24, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

TÍTULOS	AUTORIZADA R\$	REALIZADA R\$	DIFERENÇAS R\$
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>21.535.367,42</b>	<b>19.599.936,55</b>	<b>-1.935.430,87</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.279.313,46	10.825.556,97	-453.756,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	62.304,97	49.782,24	-12.522,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.193.748,99	8.724.597,34	-1.469.151,65
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.954.546,01</b>	<b>3.658.823,69</b>	<b>-3.295.722,32</b>
INVESTIMENTOS	6.590.836,01	3.296.181,16	-3.294.654,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	363.710,00	362.642,51	-1.067,49
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>58.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-58.000,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	58.000,00	0,00	-58.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>28.547.913,43</b>	<b>23.258.760,24</b>	<b>-5.289.153,19</b>

A maior contratação de dispêndio deu-se em Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 10.825.556,97, que representa 46,5440% do total realizado.

O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

<b>DESPESAS REALIZADAS</b>			
	<b>CORRENTES</b>	<b>CAPITAL</b>	<b>TOTAL</b>
2011	15.438.119,88	5.412.580,29	20.850.700,17
2012	17.492.802,59	4.436.166,19	21.928.968,78
2013	17.860.875,33	1.427.201,21	19.288.076,54
2014	19.599.936,55	3.658.823,69	23.258.760,24

#### **DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO:**

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>
PODER LEGISLATIVO	542.706,14	2,33
GABINETE DO PREFEITO	569.611,25	2,45
SEC.DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	3.238.767,55	13,92
SEC.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.789.617,15	7,69
SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	8.056.701,63	34,65
SEC.DA IND.COMÉRCIO E TURISMO	51.799,34	0,22
SEC.DE INDÚSTRIA COM.E URBANISMO	1.990.565,54	8,56
SEC.DE TRANSPORTES E INFRA ESTRUTURA	1.203.223,69	5,17
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	4.801.002,01	20,64
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	214.585,54	0,92
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. DE ÁGUA DOCE	233.958,02	1,00
FDO.MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	89.314,72	0,38
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INT. SOCIAL	289.651,11	1,25
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	11.215,90	0,05
DEFESA CIVIL	176.040,65	0,76
<b>TOTAL</b>	<b>23.258.760,24</b>	<b>100</b>

## **GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA**

### **BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daqueles que, por natureza, independem de autorização na Lei, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	R\$	5.092.090,87
<b>RECEITA ARRECADADA</b>		
Orçamentária	R\$	23.114.056,81
Interferências Ativas	R\$	4.105.423,02
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>		
Realizável	R\$	1.200,00
Depósitos	R\$	2.172.309,00
Restos a Pagar	R\$	1.907.397,81
Serviço da Dívida a Pagar	R\$	484.350,59
Outras Operações	R\$	54.613,38
Acréscimos Patrimoniais	R\$	174.825,93
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>37.106.267,41</b>
<b>DESPESA REALIZADA</b>		
<b>Orçamentária</b>		
Empenhada e Paga	R\$	21.319.353,73
Empenhada a Pagar	R\$	1.939.406,51
Interferências Passivas	R\$	4.105.423,02
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>		
Realizável	R\$	1.200,00
Depósitos	R\$	2.172.309,00
Restos a Pagar	R\$	625.034,06
Serviço da Dívida a Pagar	R\$	452.341,89

Outras Operações	R\$	54.613,38
Saldo em 31/12/2013	R\$	3.436.585,82
TOTAL	R\$	37.106.267,41

O Saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de dezembro de 2014.

### MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

O Fluxo Financeiro do município foi o seguinte:

Saldo em 31/12/2014 – R\$ 3.424.002,86 assim distribuídos:

<b>Bancos c/movimento</b>	<b>1.756.277,33</b>
Banco do Brasil S/A	1.746.319,45
Caixa Econômica Federal	9.957,88
<b>Vinculado c/c Bancária</b>	<b>1.177.361,48</b>
Banco do Brasil S/A	1.177.358,13
Caixa Econômica Federal	3,35
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>490.364,05</b>
Caixa Econômica Federal	226.054,86
Banco do Brasil S/A	210.564,65
Poupanças	53.744,94
Caixa Econômica Federal	53.744,94
Banco do Brasil S/A	0,00

Observa-se que a situação financeira do município é suficiente, demonstrando saldo em banco, garantindo assim disponibilidade para saldar seus débitos com os restos a pagar do exercício de 2014.

### BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considera a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

A seguir, expõe-se um resumo do Balanço Patrimonial:

<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	
DISPONÍVEL	6.436.585,82
Total Ativo Financeiro	6.436.585,82
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	
RESTOR A PAGAR	2.079.418,59
SERV.DA DÍVIDA A PAGAR	32.008,70
Total do Passivo Financeiro	2.111.427,29

ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO	4.325.158,53
Por ser turno, a representação do Patrimônio Permanente deu-se assim:	
ATIVO PERMANENTE	
CRÉDITOS	1.217.896,30
DÍVIDA ATIVA	191.016,13
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	34.659,89
IMOBILIZADO	29.937.102,71
Total do Ativo Permanente	31.380.674,93
PASSIVO PERMANENTE	
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	783.956,52
Total do Passivo Permanente	783.956,52
SALDO PATRIMONIAL (Ativo Real Líquido)	34.921.876,94

### DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstrações das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

#### RECEITA EFETIVA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	23.114.056,81
INTERFERÊNCIAS ATIVAS (2)	4.105.423,02
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (3)	1.818.125,41
Total	29.037.605,24

#### DESPESA EFETIVA

DESPESA ORÇAMENTÁRIA (4)	23.258.760,24
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS (5)	4.105.423,02
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (6)	554.950,49
Total	27.919.133,75

Superávit (7) 1.118.471,49

#### INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Variações Ativas	36.365.405,46
Variações Passivas	35.475.248,68
Total (8)	890.156,78

SUPERÁVIT PATRIMONIAL 2.008.628,27

## DÍVIDA ATIVA

A Dívida Ativa do Município, conforme levantamento do saldo dos contribuintes em débito, por ocasião do encerramento do exercício de 2014 e proveniente de receita lançada apresentam a seguinte situação:

(=) Saldo Inicial 01/01/2014 .....	R\$ 165.852,09
(+) Inscrições de débitos do Exercício de 2014 para dívida em 2015....	R\$ 79.964,97
(-) Diferença no valor inscrito em dívida indevidamente.....	R\$ (-) 6,60
(-) Baixas de dívidas arrecadadas no exercício de 2014 .....	R\$(-)54.794,43
<b>Saldo em 31/12/2014 .....</b>	<b>R\$ 191.016,03</b>

## DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

Saldo do Exercício Anterior	661.886,98
Nova Formação da Dívida	514.168,34
Amortização Verificada no Exercício	392.098,80
Saldo p/ o Exercício Seguinte	783.956,52

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 2.111.427,29, encontra-se assim discriminada:

DEPÓSITOS	0,00
RESTOS A PAGAR	2.079.418,59
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	32.008,70
TOTAL	2.111.427,29

O Saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2014:

Saldo do Exercício Anterior	797.054,84 D
Nova Formação da Dívida	4.111.417,46 D
(-) Amortização no Exercício	2.797.045,01 D
Saldo do Exercício de 2014	2.111.427,29 D

## DESPESAS COM EDUCAÇÃO PARA CUMPRIMENTO CONSTITUCIONAL

### DEMONSTRATIVO FUNDEB

(+) Retenção para FUNDEB .....	R\$ 3.168.461,01
(-) Retorno do FUNDEB .....	R\$ 2.887.121,10
(-) Superávit 2012 .....	R\$ 46.405,36
(-) Rendimento FUNDEB .....	R\$ 14.574,47
(+) Cancelamento Restos 2012 .....	R\$ 260,00
(=) Saldo do FUNDEB .....	R\$ (-) 220.097,08

### DEMONSTRATIVO EDUCAÇÃO:

#### (Despesa Liquidada)

ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS .....	R\$ 17.506.377,37
TOTAL GASTO NA EDUCAÇÃO .....	R\$ 5.906.963,51
(-) Desp.PNATE/Sal.Educ./SEE/Alien .....	R\$ 640.472,37
<b>(+) Saldo do FUNDEB .....</b>	<b>R\$ (-)220.097,98</b>
<b>(=) TOTAL APLICADO .....</b>	<b>R\$ 5.480.588,22</b>
(=) 25% Impostos.....	R\$ 4.376.594,34
(=) Valor Aplc.a maior ou menor .....	R\$ (+)1.109.993,88
(%) .....	31,34%

De acordo com o Demonstrativo do Controle dos Gastos em Ensino, o Município aplicou no exercício, R\$ 5.480.588,22 em manutenção e desenvolvimento do ensino o que equivale a 31,34% do total das receitas resultantes de impostos (R\$ 17.506.377,37). Por estes dados conclui-se que o Município cumpriu com o disposto no art.212 da cf, que estabelece à aplicação mínima de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino, aplicando a maior 6,34%.

Obs: Valor aplicado C.I.E.E 134.057,74 aplicado 30,58% no ano.

## FUNDEB

“ O Parágrafo 5º do Artigo do ADCT/CF – EC nº 14 – estabelece que não menos de 60% dos recursos do Fundo devem ser aplicados no pagamento de professores do ensino fundamental em efetivo exercício do magistério”.

Demonstramos a seguir, como está o atendimento a este dispositivo.

- RECEBIDO DO FUNDEB .....	R\$ 2.887.121,10
- REND.DE APLIC.FINANCEIRA .....	R\$ 14.248,42
- PAGTO.PESSOAL MAGISTÉRIO.....	R\$ 2.669.711,96
- PERCENTUAL 2013.....	R\$ 93,04%
-APLIC.A MAIOR OU MENOR .....	R\$ 33,04%
<b>- VALOR APLICADO A MAIOR OU A MENOR.....</b>	<b>R\$ (+) 937.438,94</b>

Com relação aos recursos do FUNDEB cumprimos o mínimo de 60% que deve ser aplicado em pagamento de professores. Por estes dados conclui-se que o Município cumpriu com o disposto no art.60, parágrafo 5º do ADCT, aplicando um percentual de 93,04%, resultando aplicação a **MAIOR** de **33,04%** no exercício.

## RECURSOS APLICADOS NA SAÚDE

- ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS .....	R\$ 17.255.603,81
- VALOR EFETIVAMENTE APLICADO .....	R\$ 2.856.897,90
- 15% A SER APLICADO NA SAÚDE .....	R\$ 2.588.340,57
<b>%APLICADO NA SAÚDE .....</b>	<b>R\$ 16,55%</b>

No exercício de 2014, de acordo com as regras constitucionais estabelecidas o Município deveria aplicar pelo menos 15% das receitas produto de impostos em ações e serviços públicos de saúde.

Conforme Demonstrativos de Gastos em Ações e Serviços Públicos de Saúde o município aplicou no exercício R\$ 2.856.897,90 o que equivale a 16,55% das receitas produto de impostos que somou R\$ 17.255.603,81, atendendo, portanto o mandamento constitucional.

## DESPESA COM PESSOAL

REC.CORRENTE LÍQUIDA (consolidada) .....	R\$ 21.402.160,22
TOTAL DAS DESPESA COM PESSOAL .....	R\$ 11.113.840,88

PERCENTUAL SOBRE A RCL ..... R\$ **51,93%**

Os gastos consolidados com pessoal somaram no exercício de 2014 R\$ 11.113.840,88, equivalente a 51,93% da receita corrente líquida que somou R\$ 21.402.160,22, portanto acima do limite prudencial de 51,30% definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo **49,81% Executivo e 2,12% do Legislativo.**

Neste índice estão incluídos: Salários em geral, proventos, pensões, obrigações patronais, rescisões, salário família e subsídios do Executivo (Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social) e Legislativo.

## **CONTROLE INTERNO**

A estrutura do Controle Interno do Município de Água Doce está vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, e é composta por (01) servidora efetiva, nomeada em cargo de comissão de Coordenadora do Sistema de Controle Interno. Apesar de uma estrutura enxuta e da impossibilidade de contratação de mais técnicos para dar suporte à coordenação de Controle Interno, tendo em vista o percentual de gastos com pessoal, busca-se fazer um trabalho em parceria com os Secretários Municipais responsáveis por suas pastas e tendo apoio da equipe da contabilidade e/ou financeiro e da assessoria jurídica municipal.

Entre as atividades desenvolvidas diretamente na Administração Pública pela Controladoria Geral, registramos a emissão de documentos através de memorandos para os responsáveis de diversos setores, bem como ao Executivo, Legislativo, aos Secretários Municipais, equipe técnica, para fins de orientação, recomendações e sugestões sobre os procedimentos e ajustes necessários para a prevenção de possíveis irregularidades na Administração Pública.

Segue a descrição das atividades desenvolvidas pela Controladoria Geral do Município:

- Aos Secretários Municipais: orientação sobre os procedimentos, no que se refere a concessão de diárias à servidores públicos, bem como de sua prestação de contas;
- Ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Promoção Social: orientação sobre o superávit financeiro relativo ao exercício de 2013, recomendando a necessidade da aplicação do recurso e definição do destino da despesa para efetuação de créditos suplementares ou especiais;
- Ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Promoção Social: recomenda a criação do Conselho Municipal do Idoso, considerando a necessidade de regulamentar junto à unidade municipal para apresentação de parecer do Conselho e anexar juntamente na prestação de Contas Anual de cada exercício, a aprovação dos recursos aplicados;
- Ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura e Fundos Municipais: orientação sobre informações de dados dos comprovantes de despesas constantes nas Prestações de Contas de recursos antecipados;
- Câmara Municipal de Vereadores: recomendação e sugestão sobre a importância do Programa Saúde Fiscal do Município, onde a Administração Pública tem firmado um termo de cooperação técnica em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina,

que vem implementar, viabilizar e incentivar a fiscalização e cobrança dos tributos municipais, havendo a necessidade da criação do cargo de auditor fiscal, com curso superior, com poder de atuar na fiscalização tributária municipal, afim de evitar a sonegação tributária municipal;

- Câmara Municipal de Vereadores: orientação sobre a adoção imediata de procedimentos necessários à implementação dos dispositivos da Lei nº 12.527 – Lei de acesso à informação, baseado no Termo de Orientação Conjunta nº TC 12/2013;
- Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Saúde: orientação sobre nomeação de servidora para substituição de outra em caráter temporário;
- Secretários Municipais: recomendação e orientação sobre a concessão de gratificações por acúmulo de funções a servidores públicos efetivo;
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte: orientação sobre a concessão de diárias a professor que realizam capacitação em suas grades disciplinares.

## **AUDITORIA INTERNA**

No exercício de 2014 a Controladoria Geral do Município, através da IN CI nº 001/2014, dispôs o Plano Anual de Auditoria Interna do Sistema de Controle Interno do Município, onde foi estabelecido que no setor de almoxarifado das Secretarias Municipais de: Agricultura, Indústria Comércio, Urbanismo e Transportes e Obras, os procedimentos de auditoria iriam iniciar no período de setembro de 2014 e finalizar em dezembro de 2014.

As atividades foram iniciadas no período estabelecido, mas não concluídas. Foram interrompidas devido a um acidente da Controladora Interna que ficou impossibilitada de dar continuidade ao que foi programado.

Por este motivo, foi decidido que após recuperação e retorno da servidora em março de 2015, a continuidade das atividades de auditoria serão reiniciadas e concluídas.

Enfim, tendo em vista os levantamentos, acompanhamentos de controle interno, acredita-se que no exercício de 2014 a gestão municipal foi norteadada por princípios de Gestão Fiscal do Patrimônio Público Responsável.

É o que tem a relatar.

Água Doce (SC), 03 de fevereiro de 2015

**VERA LÚCIA DARÓS BALESTRIN**

Coordenadora do Sistema de Controle Interno

